

Impostos

A mais nova proposta de reforma tributária na mesa de Paulo Guedes

Jéssica Sant'Ana Brasília [25/09/2019] [15:38]

11 COMENTÁRIOS



Proposta tem três principais pilares: simplificação de impostos; redução gradual da carga tributária; e competição da economia produtiva. | Foto: Pixabay

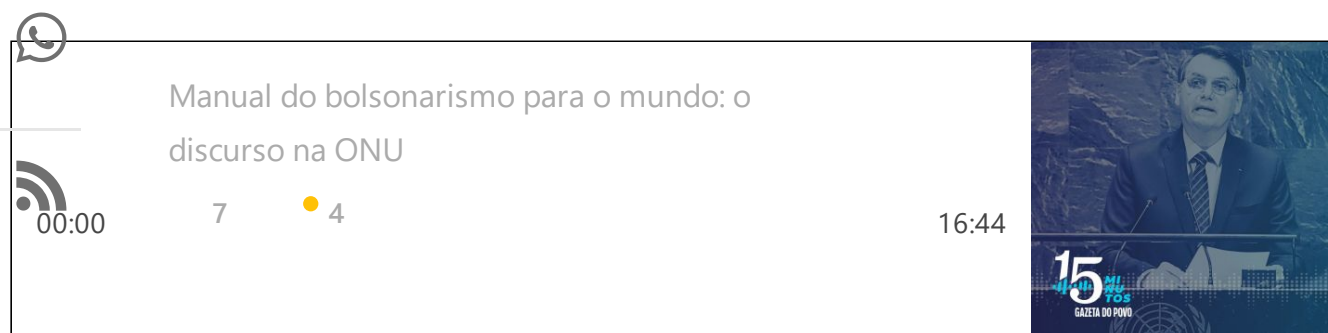
Aproveitando que o governo ainda não definiu qual será a [reforma tributária](#) que vai apresentar ou apoiar no Congresso, o Instituto Atlântico

entrou na briga. O fundador do instituto, o economista Paulo Rabello de Castro, e o jurista Miguel Silva estiveram no Ministério da Economia na última quarta-feira (18) para apresentar a [Paulo Guedes](#) a proposta do instituto.

Após longa carreira no setor privado, Rabello presidiu o IBGE (2016-17) e o BNDES (2017-18) na gestão de Michel Temer, e no ano passado foi candidato a vice-presidente da República na chapa do senador Alvaro Dias. É autor de vários livros sobre economia, dentre eles "Tributos no Brasil: auge, declínio e reforma".

Na visão de Rabello, os textos em discussão até o momento na Câmara e no Senado não resolvem o problema tributário. “A nossa crítica em relação a esses dois modelos [de Bernard Appy e de Luiz Carlos Hauly] é que eles não apresentam nem mais simplificação, nem mais desoneração, nem mais competição”, disse o economista em entrevista exclusiva à **Gazeta do Povo**.

A proposta do Instituto Atlântico tem três principais pilares: simplificação de impostos; redução gradual da carga tributária; e competição da economia produtiva. O primeiro pilar é o mais importante e os outros dois acabam sendo uma consequência do primeiro.



Manual do bolsonarismo para o mundo: o discurso na ONU

00:00 7 4 16:44

15 ANOS GAZETA DO POVO

O primeiro pilar: trocar seis impostos por um

A ideia, segundo explicou Paulo Rabello, é aglutinar seis impostos – sendo quatro de competência federal (CSLL, IPI, Cofins, PIS) e dois de natureza estadual e municipal (ICMS e ISS, respectivamente) – em um único

imposto. Esse imposto se chamaria “Imposto de Consumo” e seria do tipo IVA (imposto sobre valor agregado).

Esse tributo teria cinco alíquotas diferentes, da menor para a maior, a depender da categoria de produto que será tributada. Sobre produtos como cigarros e bebidas alcoólicas, por exemplo, incidiria a alíquota majorada.

As cinco alíquotas seriam nacionais e não haveria variação por estado e município. A alíquota média seria de 29%, percentual que, de acordo com cálculos feitos pela equipe do Instituto Atlântico, é suficiente para manter a mesma carga tributária dos seis tributos que serão substituídos. Ou seja, nem União, nem estados e municípios saíram perdendo dinheiro com o novo imposto.



Para gerir o que seria arrecadado, seria criada a Onda, a Operadora Nacional de Distribuição da Arrecadação. A inspiração é o Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS). Pela proposta, a entidade será responsável por um sistema automatizado que fará automaticamente a repartição dos recursos com os entes federados. União, estados e municípios teriam, cada um, um coeficiente de participação, que seria o percentual que vão receber da arrecadação. A União teria uma participação máxima de 20%, e a tendência é diminuir o percentual gradualmente.



Além dos coeficientes de participação, o “Imposto de consumo” separaria 4% da arrecadação para a origem, ou seja, para os estados produtores. Segundo Rabello, seria uma forma de cobrir custos associados a um estado ser produtor, como os custos ambientais.

Pela proposta de reforma tributária do Instituto Atlântico, estados e municípios teriam de abrir mão da partilha do Imposto de Renda (IR). Segundo Rabello, esses entes federados não sairão perdendo, pois passarão a receber um percentual do “Imposto de Consumo”, que engloba tributos que hoje são somente federais, como PIS e Cofins. “Eu estou

trocando a partilha feita no IR para ser uma partilha feita sobre as contribuições.”

O instituto também propõe uma transição curta, de apenas um ano. O objetivo é evitar que as empresas fiquem convivendo com dois sistemas por muito tempo: o do novo imposto e dos antigos.

Os outros pilares da reforma tributária de Paulo Rabello

O segundo pilar da reforma tributária do Instituto Atlântico é o da redução gradual da carga tributária. Essa redução seria alcançada com a União reduzindo, gradativamente, o percentual ao qual tem direito sobre o “Imposto de Consumo”.

Para que essa redução seja de fato viável, o instituto propõe que seja criado um Conselho de Gestão Fiscal, que vai criar regras de contenção do gasto público no âmbito da União. Com o corte nos gastos públicos, seria possível a União ir reduzindo a sua participação de 20% no imposto gradualmente, de forma a puxar uma redução na carga tributária.

Essa redução também seria possível, segundo Rabello, porque a arrecadação com o Imposto de Renda passará a ser apenas da União.

O terceiro e último pilar é o da competição da economia produtiva. Esse pilar é essencialmente uma consequência dos anteriores, em especial do primeiro: com um sistema mais simples de imposto, gerido por um operador nacional automatizado, vai diminuir o tempo e o dinheiro que as empresas gastam atualmente com tributos, diz Rabello.

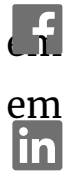
“Sistema fica limpo, fica simples, e isso facilita mais competição por parte das empresas. Vai ficar tecnológico, automático, sem chances de dúvida sobre o que pagar e vai facilitar a fiscalização”, afirma o economista.

O que Guedes achou da proposta, segundo Rabello

Segundo Rabello, o ministro da Economia, Paulo Guedes, ficou bastante interessado na proposta de trocar a partilha do Imposto de Renda pela partilha do "Imposto de Consumo" do tipo IVA, e também com o Onda, o sistema que seria criado para operar o novo tributo.

Rabello argumenta que o grande diferencial da sua proposta é isso: deixar a União focando no tributo sobre a renda e com uma pequena parcela do imposto sobre consumo, do tipo IVA, e os estados e municípios com a maior parte do imposto sobre consumo.

“O imposto de consumo é um imposto mais característico da federação, facilita o pacto federativo. Eu quero colocar a União é para tributar renda. A nossa proposta é muito mais próxima do sistema norte-americano, o que é uma coisa desejável, que é a tributação mais simplificada: renda tributada



VEJA TAMBÉM:



» [Governo “dormiu no ponto” na reforma tributária, diz Joice Hasselmann](#)



» [Sem CPMF, equipe de Guedes avalia desistir de alívio no Imposto de Renda](#)



» [Não há como fazer reforma tributária rapidamente”, diz economista](#)

Excludente de ilicitude é licença para ...





O seu apoio mantém o jornalismo vivo.

O jornalismo tem um papel fundamental em nossa sociedade. O papel de informar, de esclarecer, de contar a verdade e trazer luz para o que, muitas vezes, está no escuro.

Esse é o trabalho de um jornalista e a missão da Gazeta do Povo. Mas para isso, nós precisamos de você e do seu apoio, pois juntos nós podemos, através de matérias iguais a essa que você acabou de ler, buscar as transformações que tanto queremos.



[Apoie o jornalismo da Gazeta do Povo](#)



Já é assinante? **Faça login.**



11 COMENTÁRIOS | Deixe sua opinião



Encontrou algo errado na matéria?  **COMUNIQUE ERROS**



Principais Manchetes

Governo recebe nova proposta de reforma tributária, que aposta na simplificação de impostos

O abuso de autoridade e os vetos derrubados no Congresso

Lava Jato, casamento gay, Eduardo embaixador: o que pensa o novo PGR Augusto Aras

A ideia de que a população de ursos polares está diminuindo é um mito



Sugestões para você



na Gazeta

STF julga anulação de sentença de Lula e outras 31 condenações

Como os bancos ganham dinheiro com os juros baixos

Na semana de Bolsonaro na ONU, governo enfrenta rebelião em Brasília

Primeiro leilão de rodovias de Bolsonaro deve atrair investimento

da Lava Jato;
acompanhe

de R\$ 4,5
bilhões

Tudo sobre:

Imposto de Renda

Núcleo Econômico

Paulo Guedes

Paulo Rabello

Reforma Tributária

Receba nossas NEWSLETTERS

Digite seu no

Digite seu e-1

RECEBER

Receba nossas
notícias
NO CELULAR



WHATSAPP MESSENGER TELEGRAM

*WHATSAPP: As regras de privacidade dos grupos são definidas pelo WhatsApp. Ao entrar, seu número pode ser visto por outros integrantes do grupo.



Gazeta do Povo › República › A mais nova proposta de reforma tributária na mesa de Paulo Guedes



Acompanhe a Gazeta do Povo nas redes sociais



MAPA

AGÊNCIA

TERMOS DÚVIDAS FALE DO TRABALHO DE

EXPEDIENTE DE USO FREQUENTES CONOSCO SITE CONOSCO NOTÍCIAS ANUNCIE ASSINE

GAZETA DO P